XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL

LUIZ ERNANI BONESSO DE ARAUJO

NIVALDO DOS SANTOS

FERNANDO ANTONIO DE CARVALHO DANTAS

Copyright © 2018 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI
Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo
Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)
Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Santa Catarina
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará
Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM– Distrito Federal
Relações Internacionais para o Continente Americano
Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goías
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul Prof.
Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

---

D597

Direito agrário e agroambiental [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Luiz Ernani Bonesso de Araujo; Nivaldo dos Santos; Fernando Antonio de Carvalho Dantas. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-692-5
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil
http://unisinos.br/novocampuspoa/

XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL

Apresentação

O Grupo de Trabalho Direito Agrário e Agroambiental, permanente na estrutura organizacional dos eventos científicos do CONPEDI, propõe reflexões sobre temas relacionados a propriedade e a posse no uso da terra para a produção da vida em perspectivas coletiva e individual. Busca, ainda, refletir sobre suas bases teóricas, práticas, normativas e jurisprudenciais. Assim sendo, dialoga com as espacialidades, subjetividades e territorialidades modernas e suas configurações jurídicas que, atualmente, enfrentam relações e processos de transformação. Propõe, na dimensão epistêmica, o diálogo entre o direito agrário e ambiental.

Os trabalhos apresentados neste volume representaram um conjunto de questões que abrangeram aspectos teóricos, conceituais, práticos e jurisprudenciais, resultado de pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação.

Envolveram temáticas como o papel das cédulas de produto rural e de crédito rural e a limitação dos juros de mora, passando pela autonomia privada; o papel do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de Zoneamento Ambiental e Agrícola e outras reflexões; a Segurança alimentar em suas relações com a agricultura familiar, a sustentabilidade e a promoção social; as questões da apropriação do conhecimento tradicional envolvendo estudos comparativos com o milho no México e o arroz na Índia; os sujeitos Coletivos do campo, sua territorialidade do alimento e a construção social dos direitos; a permanente luta dos povos tradicionais para assegurar direitos territoriais; o papel do Supremo Tribunal Federal (STF) no debate acerca das Terras Tradicionalmente Ocupadas na superação do marco temporal para índios e quilombolas; o debate conceitual e teórico do papel do Direito Agrário na limitação ou expansão da tutela jurídica; a água, o agrohidronegócio e a centralidade das disputas territoriais; a regularização fundiária e a privatização dos bens comuns. A regularização fundiária na Amazônia legal e a contrarreforma agrária; a retomada das discussões acerca dos agrotóxicos, princípio da precaução, a fiscalização e o projeto de lei n. 6.299\2002 chamado de Pacote do Veneno.

No conjunto, as discussões do Grupo de Trabalho demonstraram a importância do debate sobre a questão agrária, sua pertinência e permanência com abordagens necessárias para a compreensão atual e complexa desse campo, adequada à superação de modelos de produção

agrária que levariam a um futuro incerto em relação a qualidade de vida, ao uso e titularidade dos bens de uso comum.

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos – UFG

Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo - UFSM / UPF

Prof. Dr. Fernando Antonio De Carvalho Dantas – UFG

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

O AGROHIDRONEGÓCIO E A ÁGUA NO CENTRO DAS DISPUTAS TERRITORIAIS: O ESTADO DA ARTE

THE AGROHIDROBUSINESS AND WATER IN THE CENTER OF TERRITORIAL DISPUTES: THE STATE OF THE ART

Thiago Henrique Costa Silva [1]
Luciana Ramos Jordão [2]

Resumo

O trabalho discute o agrohidronegócio e as disputas territoriais vinculadas à restrição de acesso à água relacionando a questão às políticas públicas de expansão das fronteiras agrícolas. Como resultado da modernização conservadora, conflitos ocorrem quando o modelo dominante de agricultura tenta se apropriar dos territórios, vistos como espaços de resistência de práticas sociais. Diante disto, o estado da arte é pesquisa que propõe o mapeamento da bibliografia sobre o agrohidronegócio entre os anos de 2008 e 2018. A partir da leitura sistematizada, conclui-se que os impulsos desenvolvimentistas têm como foco a consolidação da estrutura fundiária direcionada ao padrão agroexportador.

Palavras-chave: Hidronegócio, Hidroterritório, Territorialidades, Disputas hídricas

Abstract/Resumen/Résumé

The paper discusses agribusiness and territorial disputes related to the restriction of access to water, linking the issue to public policies to expand agricultural frontiers. Due to Brazilian conservative modernization, conflicts occur when dominant model of agriculture tries to appropriate the territories, Thus, the state of the art is a research that proposes the mapping of the bibliography on the agrohydrobusiness between the years of 2008 and 2018. From the systematized reading of the articles, it was possible to conclude that developmental impulses are focused on the consolidation of land structure worsening health and quality of life.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Hydrobusiness, Hydroterritoriality, Territorialities, Water disputes

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio-UFG. Mestre em Direito Agrário–UFG. Perito Criminal do Estado de Goiás – SPTC-GO e Professor do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA.

[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio - UFG. Mestre em Direito Agrário – UFG. Graduada em Direito - UFG. Advogada e Professora do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA.

1 INTRODUÇÃO

A modernização do território, entre as décadas de 1960 e 1980, intensifica a expansão da fronteira agrícola com o auxílio de políticas públicas diversas (créditos, seguros, isenções fiscais, etc.). O período denominado "modernização conservadora" cria um padrão agrário no país (MENDONÇA, 2016), marcando a derrota do projeto de reforma agrária pelo modelo agroindustrial, fundamentado em inovações técnicas e tecnológicas, mecanização, quimificação e aumento de produtividade, o que ocasionou o êxodo campo-cidade, aumentou a concentração fundiária e asseverou os impactos ambientais e a desigualdade social (DELGADO, 2012).

O território moderno foi transformado e ocupado pelas necessidades de ampliação do modelo produtivo, englobando a terra e a água de diferentes regiões do país, entretanto diferentes formas de uso e relação com a natureza se mantiveram, e a resiliência do modo de vida camponês consolidou-se em múltiplas territorialidades e variados conflitos.

No sentido utilizado neste texto, território deve ser entendido pela combinação entre a vida cotidiana, os recursos e as relações de poder econômico (dimensão funcional ou material), e a afetividade, formas de reprodução e construção de determinada cultura (dimensão simbólica ou imaterial) (RAFFESTIN, 1993). Logo, as territorialidades são fruto de práticas sociais, marcas do território, construídas através das relações simbólicas de poderes políticos e econômicos.

Na reconstrução e existência das relações sociais e dos modos de vida, os territórios não são dominados ou apropriados pelo capital, pois, ao contrário, resistem, construindo uma complexa e diversa relação com o modelo dominante da agricultura tida como moderna (AFONSO, 2015), que foi pensada verticalmente e com pouco envolvimento com as comunidades regionais.

A modernidade enfim chegava e as gentes atrasadas deveriam ser substituídas pelo progresso, pelo crescimento econômico, gerador de desenvolvimento (MENDONÇA, 2015), sendo que a natureza, melhor denominada recurso natural, configuraria apenas um elemento, por vezes limitantes do desenvolvimento econômico neoclássico.

Asseverando essa lógica, o período de 1985 a 2000 seria repleto de medidas de ajustes econômicos, que culminariam na abertura para o capital externo e na consolidação como um país exportador de *commodities* (DELGADO, 2012).

Atribuída a Davis e Goldberg, por seu uso em meados da década de 50, a expressão *agrobusiness* já era utilizada anteriormente para designar as operações de produção, distribuição e processamento, realizadas antes, durante e depois da produção no campo, sendo que a soma econômica de todos os processos constituiria um novo setor de atividade econômica (DELGADO, 2012).

Delgado (2012) trata esse período como a economia do agronegócio, que se baseia na expansão de *commodities*, na valorização e na desregulamentação fundiária, a partir dos anos 2000, mas que teve seu início em um período de transição, pós crise cambial de 1982, com a reprimarização do Brasil e a exportação de produtos básicos e agroprocessados, se consolidando com o projeto neoliberal, do governo Fernando Henrique Cardoso, de atração do capital externo. Nesse contexto, não só a terra, como a água ganham papel central nas políticas públicas e nas investidas do capital.

Do uso dos pivôs centrais e seus excessivos gastos de água (MARTINS et al, 2014) para manter a produção de commodities – seja a soja e a cana de açúcar no centro-oeste e sudeste (MENDONÇA, 2015; THOMAZ JÚNIOR, 2017), ou as frutas do semiárido (DOURADO, 2013) – à mercantilização da própria água, através do envase para consumo humano por grandes grupos empresariais ou para a produção de energia elétrica (THOMAZ JÚNIOR, 2010), o agrohidronegócio é caracterizado pela privatização hídrica, em que o acesso à água é restringido, em um modelo de dominação de grandes grupos econômicos (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

Em outros termos, o agrohidronegócio engloba interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, se volta a produção de commodities, consolidando estratégias políticas e econômicas, com apoio do mercado, e incentivo pelo Estado, com o objetivo de eliminar ou restringir as resistências dos povos tradicionais e camponeses, historicamente relacionados a ausência de progresso e desenvolvimento econômico (DOURADO, 2013), de forma que as ocupações se tornam estratégias dos movimentos sociais e congêneres para participar do debate público para o estabelecimento de políticas para o campo.

As práticas do agrohidronegócio estão associadas a um modelo econômico neoliberal, de exportação da agropecuária como forma de sujeição à globalização do mercado, de forma que o Estado brasileiro ocupa uma posição de distribuidor de mercadorias agrícolas e consumidor de insumos químicos, biológicos e tecnológicos,

sendo sustentado por grandes conglomerados transnacionais, que são suportados pelo processo de financeirização (DELGADO, 2012; THOMAZ JÚNIOR, 2017).

Dessa forma, em um cenário de exclusão típico da adoção de práticas neoliberais para a promoção do desenvolvimento, os conflitos por terra e por água são crescentes (MENDONÇA, 2015), o que torna imprescindível novos arranjos sociais que permitam o estabelecimento de políticas públicas condizentes com um modelo de (des)envolvimento[3].

Analisar esse recente panorama rural brasileiro sob a ótica do agrohidronegócio é o objetivo central deste artigo, em especial porque a espacialização da água e a disponibilidade hídrica é requisito essencial para a vida humana e para a existência da natureza. Da mesma forma, buscar-se-á compreender a dinâmica territorial e os conflitos oriundos das múltiplas territorialidades e das formas de uso da água, delineando os principais referenciais teóricos que permeiam o tema e as metodologias de pesquisa utilizadas para debatê-lo.

Para deslindar o termo agrohidronegócio, é necessário compreender o seu estado da arte e, portanto, foi mapeada as pesquisas desenvolvidas nos últimos 10 anos, de forma que, ao fim do trabalho, restaram consolidadas as construções teóricas e contribuições empíricas do passado para a elucidação de perspectivas para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: O AGROHIDRONEGÓCIO ENQUANTO CATEGORIA ANALÍTICA

Um assunto que ganhou ênfase nas discussões acadêmicas e políticas, desde meados dos anos 2000, é a apropriação da água, seja ela superficial (advindas de rios ou represadas em hidroelétricas), ou subterrânea (oriundas de aquíferos e lençóis freáticos). A escassez da água e a sua mercantilização é engendrada por políticas públicas ditadas por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BID) (DOURADO, 2013).

[3] O termo (des)envolvimento será utilizado na perspectiva de Porto-Gonçalves (2006), que explicita o processo de desterritorialização dos modos de vida regionais pelo processo desenvolvimentista, mas não deixa de observar que os camponeses não deixam se envolver com a natureza e a territorialidade a que pertence.

O processo de apropriação da terra e da água pelo mercado constituíram, nas últimas décadas, uma ampliação das políticas neoliberais, reproduzindo o capitalismo de mercado, em um modelo de expansão do que se convencionou denominar Agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2008 e 2010; DOURADO, 2013; MENDONÇA, 2015; BELIZARIO e MORAIS, 2017; MARTINS *et al*, 2014).

> A monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital. A água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e a irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, mais recentemente também se inscreve na produção de energia elétrica. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos entendendo esse processo no âmbito do agrohidronegócio, por onde nos propomos entender os desafios da dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 9 e 10).

O termo cunhado por Mendonça e Mesquita (2007) e aproveitado por diversos pesquisadores, dentre os quais se destaca Thomaz Júnior (2008, 2010, 2014 e 2017), permite compreender a dinâmica territorial da água e do seu processo de mercantilização.

Nesse sentido, entende-se que o agrohidronegócio abrange dois outros conceitos: hidronegócio e hidroterritório. O primeiro conceito, hidronegócio, remonta do processo de industrialização do Brasil e de sua matriz energética fundamentada na geração de energia a partir de hidrelétricas, que demandou a construção de grandes barragens no país, em especial oriundas de capital estrangeiro, que causam inúmeros problemas ambientais e sociais (ETGES e BARON, 2017). Por sua vez, hidroterritório é um conceito desenvolvido por Torres (2007), que consiste em delinear as relações de poder político e cultural oriundo da gestão e utilização das águas, que geram conflitos pela posse e controle desse bem essencial a vida.

De forma mais ampla, o conceito de agrohidronegócio, ao tratar a água como elemento essencial à reprodução do capital, envolve três tipos de apropriação: da natureza, do trabalho e dos modos de vida (MENDONÇA e MESQUITA, 2007; THOMAZ JÚNIOR, 2008).

Figura I – O Agrohidronegócio enquanto categoria analítica

Fonte: elaborado pelos autores.

A agropecuária brasileira marcada pelo caráter exportador, atualmente passa por um processo de ressignificação, em que se sujeita aos processos globais de reestruturação econômica, em que a produção e distribuição de *commodities* ocupa papel central das políticas públicas e das divisas nacionais (THOMAZ JÚNIOR, 2014)

Segundo Freitas e Cleps Júnior (2012), há uma expansão do capital estrangeiro no agronegócio brasileiro, sendo que o interesse estrangeiro oriundo das demandas por transação de compra de terras é fundamentado na expansão de *commodities*, em especial do milho, da soja, da cana-de-açúcar, do arroz, e da floresta plantada, todos voltados à exportação.

Em conjunto com esse modo de produção, um pacote de insumos químicos e tecnológicos é exigido dos produtores, gerando um entrave aos novos modelos produtivos (agroecologia, por exemplo), e à soberania alimentar[4], o que ocasiona uma perda da

[4] "[...] el derecho de los pueblos, las comunidades y los países a definir sus propias políticas agrícolas, de trabajo, pesca, alimentación y tierras, que sean adecuadas desde el punto de vista ecológico, social, económico y cultural a sus circunstancias únicas. Esta incluye el verdadero derecho a la alimentación y a

qualidade de vida dentro e fora do ambiente de trabalho, especificamente pelo uso de agrotóxicos[5] (THOMAZ JÚNIOR, 2014).

O desenvolvimento do agrohidronegócio é marcado por uma dupla motivação: por vezes é utilizado como problema e associado a seca, que justificaria os projetos de transposição e irrigação voltados a reduzir os problemas sociais ocasionados, e, por vezes, é visto como essencial ao desenvolvimento e modernização da região, que, em sequência, gerariam empregos, rendas e melhores condições de vida. Contudo, na prática, os camponeses e a produção local não são contemplados por políticas públicas, que estão voltadas ao modelo "agroexportador-monocultor" de grupos empresariais (DOURADO, 2013).

A fruticultura irrigada na região do semiárido, por exemplo, é uma expressão da expansão do agrohidronegócio, vez que se aproveita das condições de clima (temperatura e chuvas reduzidas) e solo, favoráveis à produção, voltando-se aos mercados externos (DOURADO, 2013), em um modelo que "exporta água" de um local onde vários problemas sociais são associados à sua ausência.

> "Frutas obesas, quase só hidrogênio", dizia um técnico da EMBRAPA em Petrolina. A região tornou-se uma das maiores consumidoras de agrotóxicos do país, inclusive clandestinamente: calculava-se há 05 anos em 03 toneladas diárias. A AGROVALE, maior área de cana irrigada do mundo, mais de 21 mil hectares e até três safras por ano, consome mais água que toda a população das cidades de Juazeiro, Petrolina e Casa Nova juntas e a paga 89 vezes menos (CPT, 2017).

Desse modo, a resiliência das gentes (camponeses, ribeirinhos, povos originários e quilombolas), que insistem na manutenção de seus territórios e em seus modos de vida e de lida com a água e com a terra, passa a ser vista como entrave para o desenvolvimento e progresso do país (DOURADO, 2013; MENDONÇA, 2015).

Nesse contexto, compreender a realidade a partir do agrohidronegócio é fazer um esforço para construir "um olhar espacial abrangente, de natureza transdisciplinar e

---

producir el alimento, lo que significa que todo el mundo tiene el derecho a una alimentación inocua, nutritiva y culturalmente adecuada y a los recursos para producir estos alimentos, así como el derecho a poder alimentarse a si mismo y a sus sociedades" (ALMEIDA FILHO e SCHOLZ, 2008, p. 6).

[5] "Para além daqueles que os manuseiam diariamente, há cada vez mais segmentos da população expostos aos agrotóxicos, seja diretamente pela pulverização sobre "suas cabeças" ou indiretamente, pelo consumo de água contaminada ou de alimentos, provocando intoxicações agudas, pela dose elevada absorvida, e crônicas, pela exposição ao longo do tempo" (SILVA e GONÇALVES NETO, 2017, p. 10 e 11).

capaz de enxergar além das fronteiras impostas pela fragmentação entre o físico e o humano e a natureza e a sociedade" (MENDONÇA, 2015).

3 METODOLOGIA

O estado da arte é uma pesquisa que permite, dentro de um lapso temporal, organizar determinado conhecimento científico, identificando os principais referenciais teóricos, as metodologias utilizadas, os conceitos desenvolvidos e as lacunas existentes, em busca de revelar caminhos para pesquisas futuras. Avaliar as (des)continuidades teóricas e metodológicas, de forma a conhecer o objeto de estudo, é a primeira tarefa para avançar na construção do saber (ANGELUCCI *et al.,* 2004).

Para realizar o mapeamento das produções científicas, foi realizada uma pesquisa exploratória, através de um levantamento bibliográfico considerando o período de 10 (dez) anos, ou seja, entre 2008 e 2018. O recorte temporal justifica-se pela recentidade da construção do conceito e dos fundamentos do agrohidronegócio, cunhados em meados dos anos 2000.

Para a escolha do referencial teórico foram realizados os seguintes procedimentos: 1º) levantamento de artigos científicos nas bases do Google acadêmico no dia 01 de junho de 2018, com a utilização das seguintes palavras-chave presentes no título: agrohidronegócio; hidronegócio; e hidroterritório; 2º) separação dos artigos científicos publicados em revistas científicas com *qualis Capes*, com o descarte dos demais; 3º) Leitura sistematizada do conteúdo, voltada a identificar a metodologia utilizada em cada trabalho, os autores utilizados como fontes basilares, os conceitos desenvolvidos, os principais objetivos e conclusões, além de identificar as lacunas porventura existentes.

Seguindo essas etapas, mapeou-se 28 (vinte e oito) artigos científicos, que com o refinamento (selecionar apenas os publicados em periódicos especializados) somaram 20 (vinte) artigos científicos relativos ao agrohidronegócio. Em seguida, através do método dedutivo, que busca a compreensão das generalidades do objeto de estudo para retirar as suas especificidades (MARCONI, LAKATOS, 2008), realizou-se uma análise qualitativa, voltada ao exame intensivo dos dados em amplitude e profundidade (MARTINS, 2004).

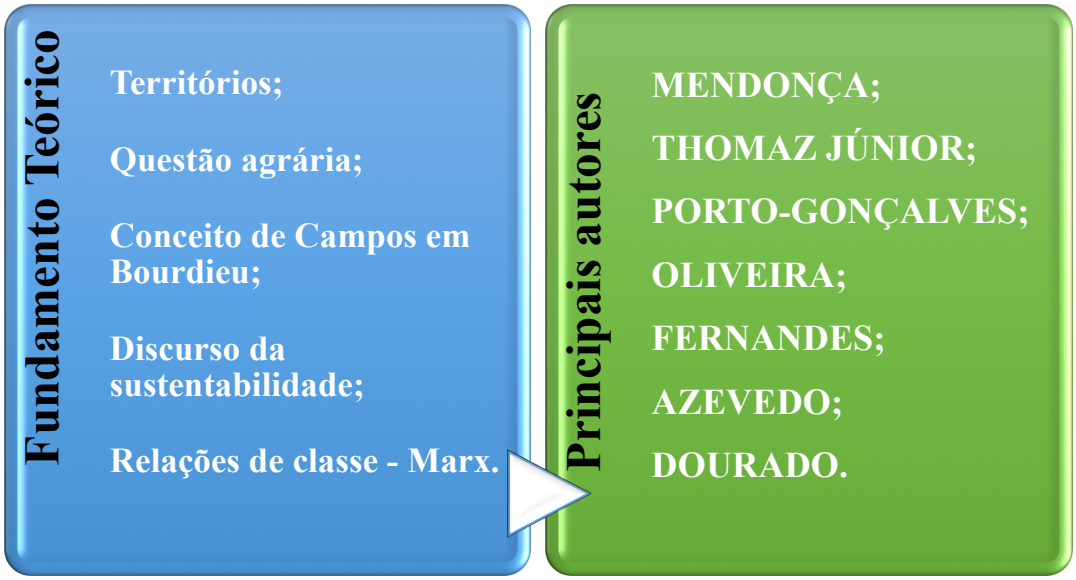
Por fim, realizou-se o agrupamento das informações obtidas em áreas temáticas, o que possibilitou compreender o estado da arte sobre o objeto de estudo e conhecer as principais metodologias e autores que o norteia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação às obras analisadas, foi possível verificar que todos os autores utilizaram o método do materialismo histórico dialético para compreender a realidade posta, entretanto diferentes metodologias foram utilizadas e serão explicitadas no decorrer deste tópico.

Quanto aos referenciais teóricos mais utilizados, dividiu-se a análise em principais fundamentos e principais autores. Dentre os fundamentos teóricos, destaca-se a categoria território, presente em todas os trabalhos, mas outros assuntos como a questão agrária (AZEVEDO e THOMAZ JÚNIOR, 2013; CABRAL *et al*, 2013; DOURADO, 2013; MENDONÇA, 2010), o conceito de arenas o campos para compreensão da vida social de Pierre Bourdieu (ETGES e BARON, 2017), o discurso da sustentabilidade (AZEVEDO e THOMAZ JÚNIOR, 2013), e a relação de classes fundamentada em Karl Marx (THOMAZ JÚNIOR, 2008; THOMAZ JÚNIOR, 2014; THOMAZ JÚNIOR, 2017) também são importantes para construção do conceito.

Figura II – Referencial teórico - Agrohidronegócio



Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre os autores, destacam-se: Marcelo Rodrigues Mendonça, Antônio Thomaz Júnior, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, José Roberto Nunes de Azevedo, e José Aparecido Lima Dourado. Com exceção do Porto-Gonçalves, do Oliveira e do Fernandes, que formam as bases para compreensão dos fundamentos teóricos supracitados, os demais autores se dedicam a compreender o agrohidronegócio como ferramenta de análise da realidade, em especial os trabalhos de Thomaz Júnior e Mendonça, que auxiliam na delimitação do campo de análise.

A maior parte dos trabalhos levantados utilizaram a pesquisa bibliográfica, documental e a análise indireta de dados como procedimento de pesquisa, de natureza exploratória. Entretanto alguns trabalhos utilizaram metodologias diversificadas, para além das já citadas: Cardoso (2016), Cunha e Carvalhal (2014), Dourado (2013), Etges e Baron (2017), Freitas e Cleps Júnior (2012), Lins e Souza Neto (2013), Rabello (2017), Thomaz Júnior realizaram pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas e visitas técnicas; Machado *et al* (2017) utilizou análise de conteúdo e entrevistas; Martins *et al* (2014) realizou análise de imagens de satélites e processamento de dados em Sistema de Informação geográfica (SIG); Mendonça (2015) realizou pesquisa de campo a partir de diálogos com os sujeitos envolvidos; Thomaz Júnior *et al* (2012) realizou pesquisa de campo, com observação teoricamente orientada; Thomaz Júnior (2008) utilizou o método Survey para análise de dados; e Vasconcelos (2017) realizou pesquisa de campo, através de questionário estruturado, com posterior análise de conteúdo.

Quanto ao escopo teórico, a literatura questiona o uso e gestão dos recursos hídricos tendo em vista a relação entre as comunidades tradicionais, sua cultura, o uso que se faz da água e os conflitos resultantes da superexploração econômica (AFONSO, 2015). Conforme Cunha e Carvalhal (2014), o monopólio da água é utilizado como forma de manter as populações rurais submetidas e dependentes de um Estado-financiador e executor de obras. Ainda que estas obras não se prestem a suprir as necessidades da população, são vistas como benefício e desenvolvimento (CARDOSO, 2016).

A água é vista como uma dádiva a ser utilizada para suprir a demanda das populações rurais, sendo que a sua apropriação de modo desigual ser coibida a fim de preservar o uso por parte da população em lugar de ser conduzida a outros locais para atender a demandas de mercado (AFONSO, 2015). Além disso, o aproveitamento dos

recursos hídricos para produção de energia também interfere na dinâmica de desenvolvimento das regiões analisadas (ETGES; BARON, 2017).

Em razão da apropriação desigual da água, são crescentes os conflitos sociais pelo acesso à água pelos povos locais, preservação de seus modos de vida e desenvolvimento rural regional (AFONSO, 2015). Mesmo diante dos questionamentos dos movimentos sociais, há constante emprego de discurso que se pauta no reforço dos resultados econômicos de gêneros exportáveis, como a cana, a fim de promover o agrohidronegócio como pilar econômico em detrimento de outras formas de agricultura (AZEVEDO; THOMAZ JUNIOR, 2013).

Não apenas o discurso do agrohidronegócio contribui para sua inserção no mercado. Mas o direcionamento de capital proveniente de políticas de crédito rural também serve para consolidar a os investimentos que superexploram a mão-de-obra e recursos naturais (AZEVEDO, 2017; THOMAZ JUNIOR, 2014). Nesse ínterim, conforme Cardoso (2016), a cultura de desigualdade acaba por convencer o trabalhador que as desgraças que se abatem sobre ele são culpa de seu próprio agir. O desemprego, a doença e a impossibilidade de se manterem na terra são vistos pelos migrantes como decorrência de sua falta de estudos que poderia ter sido evitada caso tivessem empregado maior esforço em seu trabalho (LINS; SOUZA NETO, 2013; MACHADO et. al., 2017; THOMAZ JUNIOR, 2008).

Os conflitos dizem respeito ao fato de as políticas públicas voltadas à produção agroindustrial receberem mais recursos do que o direcionado ao consumo humano. Logo, entram no debate questões como a preservação dos recursos hídricos, o manejo da terra e a impossibilidade de manutenção dos ocupantes tradicionais em razão da alteração na dinâmica das águas de suas regiões (CABRAL; PEREIRA; ALVES, 2014). Em estados como Goiás, Paraíba, Santa Catarina, Minas Gerais, ademais de outros já se observa a crescente movimentação pela centralização do acesso à água, bem como o aumento nas tensões sociais (FREITAS; CLEPS JUNIOR, 2012; MARTINS, et. al., 2014; ETGES; BARON, 2017; CABRAL; PEREIRA; ALVES, 2014).

Como resultado, são crescentes os índices de acidentes de trabalho, condições precárias de vida e saúde, além de violência e doenças nas comunidades (THOMAZ JUNIOR et. al., 2012). O Estado, consoante Freitas e Cleps (2012), em lugar de agir para definir normas que impeçam ou limitem a atuação de multinacionais nas regiões do Semiárido brasileiro, a fim de reduzir as tensões existentes, nada faz. Mesmo diante de

denúncias de contaminação por agrotóxicos, poluição e diminuição de vazão da água, a inação estatal se mantém (MENDONÇA, 2015).

De fato, os empreendimentos de caráter desenvolvimentistas realizados nas regiões do Semiárido brasileiro acabaram por agravar a dificuldade de acesso à água. Os projetos de democratização do acesso estão pautados na estruturação de economia voltada à produção em larga escala para exportação. Logo, segmentos da agricultura familiar e camponesa se colocam, após as obras de transposição e expansão do Semiárido, mais distantes do acesso à água do que se encontravam antes do chamado benefício (DOURADO, 2013; RABELLO; 2017).

No Brasil, a manutenção do investimento direcionado ao agrohidronegócio serve para consolidar a estrutura fundiária. Brasileira e dificultar a existência daqueles que não se encontram dentro do padrão agroexportador. A agricultura camponesa é vista em segundo plano e a opção pelo agrohidronegócio solidifica padrão predatório e que causa grandes prejuízos ambientais e sociais (RABELLO, 2017; VASCONCELOS, 2017).

Outras marcas do agrohidronegócio são sentidas pelas populações rurais. A exploração dos trabalhadores submetidos a jornadas de trabalho penoso e com baixa remuneração é mantida por meio da imposição do medo do desemprego. Nesse passo, as obras de engenharia, como a transposição do Rio São Francisco, por exemplo, são vistas como benefícios para os povos camponeses que imaginam que serão futuramente contemplados com o acesso à água. Contudo, concluída a obra, ela acaba por servir a outros senhores (DOURADO, 2013; RABELLO, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos científicos relativos ao tema agrohidronegócio e assuntos correlatos no Brasil desde 2008 aos dias atuais constatou a incipiência nos estudos do tema e, ao mesmo tempo, a importância de pesquisas a seu respeito.

O material bibliográfico estudado demonstrou como a água tem sido o centro de disputas políticas e ideológicas no cenário rural brasileiro e, em conjunto com a terra, tem sido apropriada por detentores do poder político e econômico, tanto em escala global, quanto em escala nacional e local.

A partir do conceito de territórios, cunhado por Reffestin (1993), os artigos se construíram em torno do método do materialismo histórico dialético, e da abordagem qualitativa, o que permitiu a visualização de grupos invisibilizados pelo modelo de produção e ampliação do agrohidronegócio. A abordagem qualitativa, dada a novidade do tema e a sua complexidade pareceu ser a mais adequada e foi amparada por metodologias quantitativas em alguns casos.

Como principais autores que norteiam o tema, tem-se: Marcelo Rodrigues Mendonça; Antônio Thomaz Júnior; Carlos Walter Porto-Gonçalves; Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Bernardo Mançano Fernandes; José Roberto Nunes de Azevedo; e José Aparecido Lima Dourado. Logo, para a compreensão do tema e aprofundamento das pesquisas, para além de conhecer a categoria territórios, a leitura atenta das pesquisas desses autores deve indicar o caminho para as futuras problematizações e soluções.

Através da literatura analisada, percebe-se, ainda, a carência de dados acerca da espacialização do agrohidronegócio e de pesquisas empíricas sobre o tema, a exemplo do levantamento da utilização de pivôs por todo o país, da disponibilidade e utilização dos aquíferos brasileiros, ou do número de pessoas afetadas por crise hídrica.

Ainda assim, é possível depreender que o agrohidronegócio constitui uma categoria analítica dos problemas sociais e ambientais brasileiros, que estão dentro da dinâmica de territorialização do capital, que importa em apropriar o trabalho, a natureza, e os modos de vida das gentes brasileiras, excluindo qualquer tentativa que não corrobore com o modelo agroexportador ocupado pelo Brasil em escala global.

Por fim, conclui-se que o tema é, cada vez mais, estudado, sendo que o aumento das pesquisas decorre do aumento de conflitos por água no Brasil, da ampliação do agrohidronegócio e do engajamento dos movimentos sociais, das gentes e dos pesquisadores sensíveis às questões sociais e ambientais. Todavia, ainda urge a necessidade de (re)pensar as disputas hídricas e as relações sociedade-natureza, com a finalidade de problematizar e fundamentar políticas públicas que promovam a integração das gentes e de novas formas de produzir.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Priscilla Caires Santana. Os conflitos do/no território norte-mineiro. **Sociedade e Território**. Natal, v. 27, p. 229-250, set. 2015.

ANGELUCCI, Carla *Biancha*; KALMUS, Jaqueline; PAPARELLI; PATTO, Maria Helena Souza. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, n. 1, p. 51-72, 2004.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; SCHOLZ, Vera. ***Soberanía alimentaria y seguridad alimentaria***. Anais do XLVI Congresso da Sober, Rio Branco: 2008.

AZEVEDO, José Roberto Nunes de. Mobilidade do capital e expansão do agrohidronegócio: pontos para discussão. **Revista Tocantinense de Geografia**. Araguaína, a. 6, n. 9, p. 105-118, jan.-abr. 2017.

AZEVEDO, José Roberto Nunes de; THOMAZ JUNIOR, Antônio. O *merchandising* do agrohidronegócio: programas e eventos em torno da agroindústria canavieira. **Entre-Lugar**. Dourados, a. 4, n.8, p. 35-45, 2013.

BELIZARIO, Wesley; MORAIS, Lays Bárbara Vieira de. Alternativas produtivas frente ao agrohidronegócio: agroecologia e a produção de alimentos orgânicos no contexto da região metropolitana de Goiânia. **Revista Mirante**, Anápolis, v. 10, n. 1, jun., 2017.

CABRAL, Laíse do Nascimento; PEREIRA, Suellen Silva; ALVES, Telma Lucia Bezerra. Agrohidronegócio no estado da Paraíba: considerações/reflexões sobre os conflitos e alternativas de gestão da água. **Campo-Território**: Revista de geografia agrária, v. 9, n. 19, p. 401-418, out. 2014.

CARDOSO, Messias Alessandro. A farsa da liberdade espacial do trabalho no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba-SP. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 226-250, dez. 2016.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **A transposição do Rio São Francisco**: águas e falácias do desenvolvimento. 2017. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/3715-a-transposicao-do-rio-sao-francisco-aguas-e-falacias-do-desenvolvimento. Acesso em: 15 jun. 2018.

CUNHA, Tássio Barreto; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Terra – água – trabalho: o agrohidronegócio e a transposição do Rio São Francisco. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 15, n. 1, p. 70-94, jul. 2014.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DOURADO, José Aparecido Lima. Agrohidronegócio e disputas territoriais no semiárido baiano: notas introdutórias. **Revista GeoAmazônia**. Belém, v. 2, n. 2, p. 122 - 133, jul. dez. 2013.

ETGES, Virginia Elisabeta; BARON, Sadi. Hidronegócio em questão: empoderamento dos atores regionais no contexto da descentralização da geração e gestão da energia elétrica. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n.50, p. 70-89, jul. dez. 2017.

FREITAS, Ricardo Luís de; CLEPS JUNIOR, João. A territorialização do setor sucroenergético e o agrohidronegócio no Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 13, n.1, p. 168-191, jun. 2012.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, Vernon Wesley. **Desenvolvimento agrícola**: teoria e experiência internacionais. Brasília, EMBRAPA, 1988.

LINS, Cíntia dos Santos; SOUZA NETO, Gerardo Facundo de. A expansão do agrohidronegócio na Região Nordeste do Brasil: o cerrado baiano e a luta por uma emancipação humana. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

MACHADO, Ângela dos Santos; ALMEIDA, Ana Lúcia de Jesus; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **OKARA**: Geografia em debate, v. 11, n. 2, p. 171-189, 2017.

MARTINS, Renato Adriano; LARANJA, Ruth Elias de Paula; SANTOS, Eduardo Vieira dos; FERREIRA, Idelvone Mendes; LIMA, Jaqueline de Oliveira. Espacialização do agrohidronegócio do pivô central no cerrado goiano. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças, v.4, n. 2, p. 221-245, jul. dez. 2014.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso à terra e à água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada.** Presidente Prudente, v. 16, n. especial, p. 3-15, maio 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohidronegócio e as (re)existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**. São Paulo, v. 26, v. 1, n. 34, p. 189-202, jan.-jun. 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. **O agro-hidro-negócio no cerrado goiano**: a construção das (re)sistências. Anais do II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e de Barragens – Salvador, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro**: Civilização Brasileira. 2006.

RABELLO, Diógenes. Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP). **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 20, n. 36, p. 159-177, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Thiago Henrique Costa; GONÇALVES NETO, João da Cruz. O "Direito" dos agrotóxicos e a soberania alimentar entre Saúde, Economia e Escolhas Políticas. **Revista Prim@ Facie**, v. 16, n. 31, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**: Revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago., 2010.

_____. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**. Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017.

_____. Por uma "cruzada" contra a fome e o agrohidronegócio: nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 8-34, jun. 2008.

_____. Trabalho e saúde no ambiente destrutivo do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP): Brasil. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 15, n. 2, p. 4-18, dez. 2014.

THOMAZ JUNIOR; Antônio; GUIMARÃES, Raul Borges; LEAL, Antônio Cezar; LUCHIARI, Ailton. Conflitos territoriais, relações de trabalho e saúde ambiental no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova**: *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona. V. 16, n. 418, p. 83-90, nov. 2012.

TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira. Agrohidronegócio e disputas territoriais em Alagoas: na busca de uma aproximação teórico-conceitual. **Revista de geografia**. Recife, v. 34, n. 2, 2017.